

## **A EMERGÊNCIA DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS E O QUESTIONAMENTO DA RACIONALIDADE DOMINANTE**

### *THE CONTINGENCY OF ENVIRONMENTAL PROBLEMS AND DEBATE OF DOMINANT RATIONALITY*

**ADRIANA RESSIORE CAMPODONIO<sup>1</sup>**

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – SP  
E-mail: [adrianarcampodonio@gmail.com](mailto:adrianarcampodonio@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo o questionamento da racionalidade dominante, a razão instrumental. Sua base teórica vem das contribuições das teorias críticas e pós-estruturalistas das Relações Internacionais. Teoria essas que, em conjunto com os problemas ambientais de hoje e com as teorias de Política Ambiental Internacional existentes, conseguem se unir para fazer uma crítica embasada ao sistema e à estrutura em que vivemos e também à forma de racionalidade que rege as sociedades modernas. Tendo em vista as sérias mudanças climáticas, perda de biodiversidade, aquecimento terrestre e todas as consequências dessas questões, a análise aqui feita é de extrema relevância para uma mudança estrutural necessária. A questão ambiental aparece como um traço da crise da razão moderna, do modelo econômico dominante e da ordem social, a partir disso, propõe-se uma nova racionalidade. A proposta do trabalho é ambiciosa, entretanto, para que haja mudança da situação atual e dos problemas ambientais que vêm piorando, é necessário um certo grau de ambição.

**Palavras-chave:** Meio Ambiente. Relações Internacionais. Teorias Críticas. Pós-estruturalismo. Nova Racionalidade.

**Abstract:** This article aims to question the current dominant rationality, the instrumental reason. Its theoretical basis comes from the contribution of International Relations critical and poststructuralist theories. These theories, combined with today's environmental problems and the International Environmental Politics theories, can come together to make a substantial critic to the system and the structure in which we live in, also in addition to our form of rationality that governs modern societies. In view of serious climate changes, biodiversity loss, global warming and all the consequences of these issues, the analysis made in this article is very important for a necessary structural change. The environmental issue appears as a feature of the modern reason crisis, the dominant economic model and the social order; consequently, it is proposed a new rationality. The idea of this paper is ambitious, however, in order to see a change in the current situation of environmental problems, a certain degree of ambition is required.

**Keywords:** Environment. International Relations. Critical Theories. Post-structuralism. New rationality.

---

<sup>1</sup> Consultora da Unidade de Implementação e monitoramento do Protocolo de Montreal no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Graduada em Relações Internacionais pela instituição Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Franca, Brasil. Foi secretária Acadêmica do Grupo de Estudo, Pesquisa e Simulação de Organizações Internacionais (GEPESOI) e membro do Grupo de Estudos em Política e Direito Ambiental Internacional (GEPDAI).

## Introdução

Os debates sobre os problemas ambientais estão em voga. Os Estados se reúnem e fazem coalizões para tentar evitar mais catástrofes ambientais, controlar o aquecimento global desenfreado, os efeitos causados por ele, além de combater o desmatamento, a perda de biodiversidade e tantos outros problemas alarmantes. Todavia, como se sabe, nem sempre os problemas ambientais foram tão preocupantes. Este é um problema da nossa atualidade. Nos primórdios da humanidade, a relação entre o homem e a natureza era de dependência, nossos antepassados eram nômades e estavam sujeitos a mudanças e às condições da natureza (NAVES; BERNARDES, 2014, p. 11). Por serem dependentes do meio ambiente, essas sociedades criavam uma relação de adoração, veneração e sacralidade dos fenômenos naturais. Quando finalmente os nômades conseguiram se fixar, a natureza e seus efeitos tomaram formas de mitos, enfatizando ainda “a posição do homem dentro desse projeto harmônico<sup>2</sup>” (NAVES e BERNARDS, 2014, p. 13)

As relações do homem com a natureza passaram por diversas mudanças e crenças, mas acredita-se que o grande marco nas mudanças da nossa sociedade e das formas de pensar e se relacionar com o meio ambiente mudaram drasticamente durante a Revolução Industrial<sup>3</sup>. Foi quando, definitivamente, a natureza deixou de ser adorada e respeitada pela maioria e passou a ser considerada como um ente para servir as vontades e para ser dominada pelo ser humano; esse, deixou de se ver como parte da natureza e começou a tentar, de todas as formas, dominá-la. Francis Bacon (*apud* OLIVEIRA, 2002), considerado um dos pais da ciência moderna, concebia a natureza como algo exterior à sociedade humana e pressupunha uma separação entre sociedade e natureza, assim, a humanidade exerceria seu domínio sob a natureza através das artes mecânicas.

---

<sup>2</sup> Neste caso, o projeto harmônico seria entre o ser humano e o meio – natureza – em que ele vive.

<sup>3</sup> É evidente que até chegarmos a Revolução Industrial houve grandes mudanças nas formas do ser humano pensar e se relacionar com a natureza, nas formas de vida, de plantar e etc.

Bacon afirmava que “hoje, apenas presumimos dominar a natureza, mas, de fato, estamos submetidos à sua necessidade; se contudo nos deixássemos guiar por ela na invenção, nós a comandaríamos na prática.” (*apud* ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 45, ibook)

Seguindo essa linha, os estudiosos da Escola de Frankfurt demonstram como o ser humano possuía medo da natureza e portanto deveria dominá-la.

Nos momentos decisivos da civilização ocidental, da transição para a religião olímpica ao renascimento, à reforma e ao ateísmo burguês, todas as vezes que novos povos e camadas sociais reclamavam o mito, de maneira mais decidida, o medo da natureza não compreendida e ameaçadora – consequência de sua própria materialização e objetualização – era degradado em superstições animistas, e a dominação da natureza interna e externa tornava-se o fim absoluto da vida. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 130, 131)

Os pais do positivismo e do determinismo consideravam que a natureza deveria ser desvendada e dominada pelo homem, para que pudessem se desenvolver cada vez mais.

Um exemplo desse pensamento pode ser visto no trecho

A natureza se define, em nossa sociedade, por aquilo que se opõe a cultura. A cultura é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza. Daí se tomar a revolução neolítica, a agricultura, um marco da História, posto que com ela o homem passou da coleta daquilo que a natureza dá ‘naturalmente’ para a coleta daquilo que se planta, que se cultiva. (GONÇALVEZ, 1998 *apud* OLIVEIRA, 2002)

A partir dessas mudanças se desenvolveu o mundo atual. Com a modernização e os novos meios de produção, a natureza passou a ser cada vez mais explorada por indústrias, pela superprodução de todos os tipos, por produtos cada vez menos duráveis, pelo consumismo exacerbado, entre outros. Gerando desmatamento, emissão de gases causadores do aquecimento global, destruição da camada de ozônio, perda de biodiversidade, processos de desertificação, acidificação dos oceanos e tantos outros problemas enfrentados na atualidade.

Ao se deparar com essas mudanças e o surgimento desses problemas, a globalização das políticas ambientais foram se formando, sendo dois eventos chave: o primeiro foi Conferência das Nações Unidas do Meio Ambiente Humano (1972) – conhecida como Conferência de Estocolmo. Esta foi considerada como o começo de uma séria cooperação

internacional em meio ambiente, também como o evento onde o debate sobre o esse tema começou (ELLIOTT, 2004, p. 7).

De acordo com Kate O’Neill (2009) no capítulo 2 de seu livro “The Environment and International Relations”:

Stockholm helped place the environment squarely on the international political agenda, and made it part of the UN’s official agenda. (...) the countries meeting at Stockholm set up procedures through which to meet collective environmental goals, integrating the existing body of international environmental laws and treaties. In addition to establishing the United Nations Environment Programme (UNEP; see Chapter 3), the Stockholm Declaration called for multilateral cooperation, based on sound scientific knowledge, coordinated by international organizations, and governed by international law. Thus, the governance system established at Stockholm essentially ratified existing practices of international environmental diplomacy. (O’NEILL, 2009, p. 28)

Em 1972, também foi estabelecido o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), atualmente chamado de ONU Meio Ambiente<sup>4</sup>. Este começou de forma fraca e sem muita credibilidade, mas foi crescendo e ganhando força com o passar dos anos (RIBEIRO, 2001, p. 82). Em 1982, aconteceu a Conferência de Nairóbi para avaliar o Programa. Ao se analisar as discussões ocorridas durante a Conferência foi possível compreender que os debates ambientais ainda estavam longe de serem bem sucedidas no que tange a adereçar as causas dos problemas ambientais e propor soluções justas, que realmente trariam retornos positivos. De acordo com Wagner C. Ribeiro (2001)

A máxima de que a pobreza é a maior fonte de degradação ambiental divulgada em Estocolmo, foi reafirmada com todas as letras. Mais uma vez os pobres e seu estilo de vida eram responsabilizados pela devastação de ambientes naturais. (...) Mais uma vez foi poupado de críticas o estilo de vida opulento e consumista da sociedade de consumo. Pouco foi dito sobre o excesso de consumo de combustíveis fósseis pela população dos países centrais e sobre as consequências ambientais deste fato para o planeta. (2001, p. 84 e 85)

De acordo com Elliott (2004), o segundo evento chave foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – conhecida como Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Um marco nas discussões ambientais no cenário político internacional, esta mostrou que as preocupações ambientais começaram a ter papel central na agenda das políticas mundiais. Nessa Conferência foram aprovadas duas convenções: a Convenção Sobre Diversidade Biológica (CDB) e a Convenção-Quadro das Nações

---

<sup>4</sup> Em inglês: UN Environment.

Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), ambas muito importantes e que deram direcionamento às Conferências futuras. A Eco-92 se mostrou mais crítica e reconheceu o caráter global dos problemas ambientais, identificando os padrões insustentáveis de consumo e produção, principalmente dos países desenvolvidos. Ressaltou a importância da cooperação internacional, de pesquisas científicas na área e acesso aos países em desenvolvimento em relação à tecnologia e recursos financeiros. Foi necessário portanto, criar “strategies and measures to halt and reverse environmental degradation in the context of increased national and international efforts to promote sustainable and environmentally sound development in all countries” (UNGA 1989c, Part I, para. 3 *apud* ELLIOT, 2004, p. 15).

Outro ponto importante a ser destacado na Eco-92 foi a participação, pela primeira vez na ONU<sup>5</sup>, da sociedade civil por meio de ONGs; essas foram responsáveis por pressionar e incluir certos temas nas pautas de discussão. Buscou-se conciliar a produção econômica com a conservação do meio ambiente, surgindo o conceito de desenvolvimento sustentável e também o conceito segurança global ambiental, ambos bastante abordados e discutidos durante a Conferência (RIBEIRO, 2001, p. 108)

Em 1996 o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) liberou o Segundo *Assessment Report*, que conclui que existe uma notável influência humana nas mudanças do clima global. (CHASEK; DOWNIE; BROWN, 2014)<sup>6</sup>. Com esse relatório em mente, em 1997, o Protocolo de Quioto foi negociado e assinado. De acordo com Wagner C. Ribeiro “ao contrario das reuniões anteriores<sup>7</sup>, [o Protocolo de Quioto foi] uma das mais importantes rodadas da ordem ambiental internacional” (2001, p. 139). Ele tinha como objetivo principal a redução de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE). O acordo determinava que

As partes do Anexo I totalizam 39 países desenvolvidos, incluindo a Comunidade Europeia. O índice de redução de 5,2% é uma média de total a ser reduzido (...). Esses resultados precisam ser ratificados por 55 partes, dentre elas as que emitem juntas 55% dos gases estufa que constam no PK. Aqui surgem as

---

<sup>5</sup> Em uma Conferência com Chefes de Estado (RIBEIRO, 2001, p. 108).

<sup>6</sup> Informações disponíveis em “Cronology” páginas 32 a 45 do livro *Global Environmental Politics*. (ebook)

<sup>7</sup> Conferência das Partes da Convenção de Mudanças Climáticas (CMC) em Berlim (1994) e Conferência de Genebra (1996).

dificuldades. No final de 1999, 84 países faziam parte do PK, os quais apenas 13 o haviam ratificado. Eles (...) são Estados-Ilhas. Seu interesse na implementação do protocolo é evidente: podem desaparecer se forem confirmadas as mudanças climáticas.” (RIBEIRO, 2001, p. 140)

Muitos países foram signatários do Protocolo, contudo, os principais poluidores da época – EUA e Japão – não ratificaram e as emissões de gases seguiram aumentando ao longo dos anos.

Do Protocolo de Quioto até a 21ª Conferência das Partes (COP-21) realizada em dezembro de 2015, ocorreram alguns marcos nas negociações e no cenário internacional a esse respeito, como: em 2001 a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes foi assinada e o terceiro *Assessment Report* do IPCC concluiu que a evidência da influência humana no clima global estava mais forte do que nunca. Em 2012 o nível de CO<sub>2</sub> na atmosfera excedeu 392 ppm, o mais alto em pelo menos 650,00 anos, também nesse ano, foi realizada a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Rio de Janeiro (CHASEK; DOWNIE; BROWN, 2014)<sup>8</sup>.

Já em 2015, na 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em Paris, buscou-se alcançar um novo acordo internacional sobre o clima, tendo como uma das metas manter o aquecimento global abaixo dos 2° C, além de diversas outras medidas para mitigar as mudanças climáticas. Esse encontro foi considerado um dos maiores eventos já realizados pela ONU fora da sede em Nova Iorque.<sup>9</sup>

Tendo em vista esse histórico de negociações e mobilizações para mitigar as mudanças ambientais, preservar a biodiversidade e a natureza, e o fato que a preocupação com o meio ambiente está aparentemente sendo inserida no centro das discussões internacionais, percebe-se a necessidade de questionar: como o estudo desses problemas vem sendo realizado? Todos os fatores que o influenciam estão sendo discutidos? O chamado

---

<sup>8</sup> Informações disponíveis em “Cronology” páginas 32 a 45 do livro *Global Environmental Politics*. (iBook)

<sup>9</sup> COP – 21. Acompanhe a Conferência do Clima com a ISA. Instituto Sócio Ambiental. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pt-br/cop-21> Acesso: 10 de outubro, 2016.

“desenvolvimento sustentável” é abordado como uma solução em si ou somente como uma medida? Por fim, como o ser humano se relaciona e estuda a natureza?

Guiado por essas dúvidas e buscando respondê-las, esse trabalho está dividido em duas perspectivas: inicialmente, uma reflexão a respeito dos problemas ambientais por meio das teorias críticas de Relações Internacionais; e, em segundo lugar, as contribuições e interpretações do pós-estruturalismo aplicadas à essa temática<sup>10</sup> e às discussões ocorridas no âmbito da COP 21.

Dentro dos estudos críticos<sup>11</sup> das RI já é lugar-comum que a racionalidade positivista não é suficiente para a análise do mundo complexo em que se vive. Os problemas ambientais surgem não somente da destruição ou pretensão de dominação da natureza; nascem de uma mentalidade, de uma forma de vida e de pensar positivista. Os profissionais de RI, como pensadores da política internacional, necessitam de uma visão que problematiza as estruturas e que aprofunda os estudos do mundo e das relações interestatais. Com esse intuito de aprimorar o pensamento crítico, desenvolveu-se o presente estudo de teorias críticas e pós-estruturalistas aplicadas aos atuais problemas globais ambientais.

Iluminando as discussões sobre problemas ambientais e proporcionando um questionamento também cabível as RI o socioambientalista Enrique Leff afirma que

El saber ambiental no emerge del desarrollo normal e interno de las ciencias, sino del cuestionamiento a la racionalidad dominante. Esta problematización de las ciencias – la crítica a su logocentrismo y a su fraccionamiento en áreas compartimentadas del conocimiento – induce la transformación de diferentes paradigmas del conocimiento para internalizar un saber ambiental “complejo”. (LEFF, 2004, p. 232)

Fornecendo uma base ao desenvolvimento deste estudo com um “questionamento da racionalidade dominante” - interno às RI, às relações interpessoais, às estruturas de poder e ao pensamento -, como também, buscando um conhecimento e um “saber ambiental complexo”.

---

<sup>10</sup> Me refiro aos problemas ambientais.

<sup>11</sup> Com o termo críticos me refiro aos estudos não *main-stream* das RI, como os pós coloniais, teorias críticas, pós-estruturalistas, entre outras.

## 2. A problemática ambiental e as teorias críticas

Inicialmente, é essencial apresentar o nascimento das teorias críticas quando Adorno e Horkheimer (1985), em seu livro “A Dialética do Esclarecimento”, fornecem uma boa introdução do que seria esse rompimento com o pensamento dominante. Eles realizam uma crítica ao suposto *esclarecimento*, sendo este um hipotético desencantamento do mundo, pois havia uma pretensão de “dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 42, ibook). Esse saber formaria a racionalidade tradicional que tenderia sempre a separar o sujeito do objeto, ou seja, o pesquisador do que é pesquisado – a famigerada pretensão de neutralidade das ciências. Os autores da Escola de Frankfurt, mostram como é impossível essa separação, pois ambos – o sujeito e o objeto – caminham, se desenvolvem e se influenciam conjuntamente. Demonstram que:

Os homens sempre tiveram de escolher entre submeter-se à natureza ou submeter a natureza ao eu. (...) Forçado pela dominação, o trabalho humano tendeu sempre a se afastar do mito, voltando a cair sob o seu influxo, levado pela mesma dominação (1985, p. 131 - ibook).

A essência do saber ou do *esclarecimento* é a dominação, resultando com que o humano, mesmo com a pretensão de ser esclarecido e de controlar a natureza, viva internamente diversas formas de dominação (1985, p. 45 e 46). Atualmente é possível observar que as sociedades humanas estão tomadas por infinitas hierarquias, necessidades de reafirmação e busca por superioridade; sendo essas, algumas das formas pelas quais o humano vem justificando a exploração uns dos outros, dos animais, das plantas e do ecossistema.

Adorno e Horkheimer (1985) criticaram a razão instrumental e propuseram uma teoria que levaria a emancipação do homem. Acredita-se aqui que a tentativa de desconstrução dessa forma de pensar – ou seja, da busca incessante por um esclarecimento e por uma razão operacional – e o empenho para alcançar a emancipação do homem, são essenciais para o desenvolvimento das teorias ambientais e para as mudanças necessárias para a preservação do meio ambiente e os seres que vivem nele.

Com o questionamento da racionalidade vigente, iniciam-se também as indagações a respeito do sistema econômico atual: o capitalismo. Esse que, acima de tudo, preza pela



superprodução e o lucro. Tal pensamento desencadeou em uma sociedade egoísta e em uma alienação extrema, não há mais consciência da exploração que ocorre durante o processo produtivo, as pessoas encaram umas às outras como descartáveis, vive-se em um mundo em que o mal passa a ser banalizado, e pessoas, animais, florestas, água se tornam apenas mercadorias.

A filósofa Hannah Arendt (1979) em seus livros “As Origens do Totalitarismo” (1979) e em “Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal” (1999) aborda a questão da banalidade do mal e das pessoas causada pelos regimes totalitários. Ao final de seu livro “Eichmann em Jerusalém” ela constata que “foi como se naqueles últimos minutos<sup>12</sup> estivesse resumindo a lição que este longo curso de maldade humana nos ensinou — a lição da temível banalidade do mal, que desafia as palavras e os pensamentos” (ARENDDT, 1999, p. 601).

A filósofa afirma que nos sistemas totalitários o mal se torna banal, pois as pessoas começam a se tornar supérfluas e perdem a capacidade de pensar. Ela constata que “há um Eichmann em todos nós”, classificando ele como um homem comum e usando isto como um alerta para quando o homem deixa de ter um diálogo “consigo mesmo, ou seja, quando ele perde a capacidade de pensar” (ALVAREZ, 2007, p. 206) ele pode se tornar mau ou praticar o mal.

Arendt, em seu livro *A Condição Humana* (2007), argumenta que

a ausência de pensamento – a despreocupação negligente, a confusão desesperada ou a repetição complacente de “verdades” que se tornaram triviais e vazias – parece-me ser uma das mais notáveis características de nosso tempo. (ARENDDT, 2007 apud CARVALHO p. 815, 2014).

O que ela propõe, portanto, “é muito simples: trata-se apenas de pensar o que estamos fazendo” (ARENDDT, 2007, p. 13). Deve-se pensar no que estamos fazendo em nas relações interpessoais, relação com a natureza, nos relações entre estados. Pode-se perceber como pensamento de Arendt consegue ser muito atual em relação ao sistema de exploração contemporâneo, de dominações internas e externas de classes, raças, etnias, natureza, entre outros. Além do sistema econômico em si e do seu modo de produção, para Arendt (1979),

---

<sup>12</sup> Se refere aos últimos minutos de vida de Adolf Eichmann.

outro fator que também colabora para a propagação e banalidade do mal é mídia e os meios de comunicação – eles geram um distanciamento da realidade e conseqüentemente uma superficialidade e falta de pensamento crítico e político na nossa sociedade. Sendo essa reflexão de extrema importância para as questões políticas e ambientais nas RI.

Arendt não trabalhou com questões ambientais em si e escreveu parte dos seus livros em um contexto diferente do atual, entretanto, sua abordagem é relevante e adequada a este estudo. Quando ela demonstra que nas relações entre humanos nos sistemas totalitários o mal pode ser extremo, pode-se trazer a reflexão para os tempos hodiernos, mesmo não sendo este um sistema totalitário. É possível refletir sobre a questão: se o ser humano muitas vezes têm a capacidade de praticar o mal e tratar membros de sua espécie de formas terríveis – basta abriremos os jornais para essa constatação –, como e com quais motivações o ser humano respeitaria ou preservaria a natureza e membros de outras espécies? A reflexão sobre os livros de Arendt parte de uma análise da natureza humana e, nesse estudo, se percebe a necessidade de refletir sobre essa questão para que seja possível compreender a relação homem e meio ambiente.

As teorias, que se tornaram base nos estudos de RI, desenvolvidos por Robert Cox (1981) são extremamente relevantes para a abordagem desse artigo. Cox critica as teorias nomeadas por ele de *problem solving*<sup>13</sup> – seriam as clássicas como (neo)realismos e (neo)liberalismos – argumentando que essas “aceitam” o mundo como ele é, focando seus estudos em certos distúrbios e não considerando a possibilidade de mudanças no sistema. Já a teoria crítica, questionam as hipóteses consideradas como verdades imutáveis para as teorias de resolução de problemas (COX, 2010, p. 4)<sup>14</sup>. Todavia, ao ser questionado a respeito de mudanças climáticas em uma entrevista para “Theory Talks”<sup>15</sup>, Cox argumenta que:

With the example of climate change, the question is not to choose between problem-solving or critical theory. Problem solving theory is practical and necessary since it tells us how to proceed *given* certain conditions (for instance, the consequences to be expected from carbon generated from certain forms of

---

<sup>13</sup> Teorias de resolução de problemas.

<sup>14</sup> Entrevista Robert Cox para Theory Talks. March 12, 2010. Disponível em: <http://www.theory-talks.org/2010/03/theory-talk-37.html>

<sup>15</sup> Idem.

behavior in terms of damage to the biosphere). Critical theory broadens the scope of inquiry by analyzing the forces favoring or opposing changing patterns of behavior. (2010, p. 5)

Posteriormente, Cox segue argumentando que a teoria crítica teria uma contribuição muito importante propondo uma ordem focada não somente da humanidade, mas na totalidade da vida. Demonstra que “[h]umans have to come to terms what it means to be *part of* the biosphere, and not just [to be] the dominant feature”, e critica a religião ocidental e o modernismo que separou os humanos a fazendo ser vista algo abstrato feito para “produção” e algo para ser dominado (2010, p. 5).

Dessa forma, reconhece-se que as teorias de resolução de problemas possuem importância não somente nos assuntos de mudanças climáticas, mas em diversos outros estudos, principalmente ao falarmos de coleta de dados e soluções prática para problemas. As teorias – seja de resolução de problemas, crítica ou outras – precisam caminhar e evoluir conjuntamente, sem, entretanto, caírem na falácia da neutralidade e imparcialidade científica. Cox, defende abertamente que “toda teoria é para algo e para alguém”, não sendo possível separar o estudioso do objeto de estudo, toda teoria refere-se à algum tempo e à algum contexto. Essa argumentação se encaixa e contribui com a análise de discurso abordada por Foucault mais a frente nesse artigo. Tanto os discursos como as teorias tem um propósito e uma arqueologia.

Seguindo essa linha das mudanças que as teorias críticas trouxeram para o mundo das Relações Internacionais e para a nova visão dos problemas ambientais, Martin Weber (2006), no capítulo 6 do livro “International Ecopolitical Theory: critical approaches” trabalha a ideia de uma ampliação do mundo da vida para incluir os valores intrínsecos da natureza, ressaltando a ideia de que a dominação da mesma levou à dominação do homem pela razão instrumental. O autor ressalta a importância do desenvolvimento de uma versão ecológica expandida da teoria crítica.

Martin Weber demonstra como a crise ecológica fornece um caso único para a conceitualização da necessidade e plausibilidade da concepção de solidariedade global na medida em que apresenta problemas verdadeiramente mundiais e de origens sociais.

Esclarecendo a relação, entre as teorias ecológicas e teorias críticas ecológicas e a importância dessas caminharem e se desenvolverem conjuntamente, Martin Weber afirma que as:

Critical theory and its adherence to emancipatory social theory comprise an intellectual exercise in keeping open the possibility of changing political life in a way more human, less violent, and more just. The ecologically enriched conception of 'nature' is an ideological construct and the restores to critical theory a set of concerns already explored by some of its earlier proponents. Yet the intellectual unraveling of patterns of alienation, of the way in which human life as life against nature is deprived of significant moral and practical aspects, is ultimately an easier and 'tidier' task than attempting to undo the falseness and open up both the beauty and the tragedy of richer relations. (WEBER, 2006, p. 121).

Outro autor que contribui para a temática é Ulrich Beck (2004) em seu livro “Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade”. O sociólogo mostra que antes da existência das indústrias, os riscos eram adereçados aos “deuses”, ou seja, era sempre atribuído ao desconhecido, não à humanidade. Contudo, com a industrialização e o conhecimento científico, as tecnologias geraram novos riscos, conhecidos como riscos da modernidade — como, por exemplo, Chernobyl, Ucrânia 1986 um grande desastre ambiental e social (BECK, 2004 *apud* SANT’ANNA e MOREIRA, 2016, p. 236).

Este mesmo conhecimento científico também pode ser utilizado para gerar as “provas” científicas da degradação ambiental, mas falha ao buscar alcançar o potencial para apresentar as soluções dos problemas ambientais. Beck (2011) denominou esta situação de “irresponsabilidade organizada”, na medida em que ocorre a produção sistemática em larga escala de riscos tecnológicos em que é impossível determinar “cientificamente” e de forma clara as conexões de causalidade, responsabilidade e prova. (2016, p. 236 e 237)

Os riscos, na nossa sociedade, são transformados em probabilidades e números, os cálculos de risco e estatísticas geram fórmulas de compensação generalizáveis. São pressupostos que tentam prever o imprevisível, tudo se torna um risco, até mesmo viver, por isso, Beck (2004) denomina a nossa sociedade como uma sociedade do risco.

A visão crítica de Ulrich Beck (2004) e a ideia de sociedade de risco, conceito esse que está ligado diretamente à chamada globalização, argumenta que os riscos produzidos pela humanidade seriam riscos democráticos que afetariam nações e classes, não respeitando fronteiras.

Ademais, quando Beck aborda a ideia de risco global, demonstra que a globalidade dos riscos não significa uma igualdade global dos riscos, mas o contrário “la primera ley de los riesgos, medioambientales es: la contaminación sigue al pobre” (BECK, 2002, p. 8). As mudanças climáticas afetam principalmente os mais pobres, esses que já sofrem de uma fome hierárquica<sup>16</sup>. Supostamente, todos os bens naturais são de direito de todos, mas, devido à exploração excessiva de uns, outros não possuem acesso a comida e água, a base para sobrevivência. Em uma perspectiva mundial, mesmo todos ameaçados pelos riscos das mudanças climáticas, os países periféricos estão mais vulneráveis e sujeitos a esses riscos.

Cabe aqui abrir um parênteses para levantar brevemente a ideia de racismo ambiental, conceito que aborda a injustiça do sistema com as minorias raciais e étnicas. O projeto coordenado por Tania Pacheco<sup>17</sup> conhecido como Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil “acompanha centenas de situações nas quais o ônus do modelo de desenvolvimento capitalista recai sobre povos indígenas, comunidades tradicionais, populações negras e pobres” (MATHIAS, 2017, p.31). O termo foi usado pela primeira vez por Benjamin Chavis defendendo que o:

Racismo ambiental é a discriminação racial nas políticas ambientais. É discriminação racial no cumprimento dos regulamentos e leis. É discriminação racial no escolher deliberadamente comunidades de cor para depositar rejeitos tóxicos e instalar indústrias poluidoras. É discriminação racial no sancionar oficialmente a presença de venenos e poluentes que ameaçam as vidas nas comunidades de cor. E discriminação racial é excluir as pessoas de cor, historicamente, dos principais grupos ambientalistas, dos comitês de decisão, das comissões e das instâncias regulamentadoras (CHAVIS, 1993, *apud* NASCIMENTO, 2014, p. 43)

As discussões sobre o racismo ambiental podem ser exportadas para o âmbito internacional e para convergir com a argumentação de Beck (2004), no qual países de populações pobres e que possui minorias étnicas, raciais e sociais como suas populações sofrem com todos seus problemas internos e também padecem para sobreviver nos sistema internacional.

---

<sup>16</sup> “As Beck phrases it, ‘hunger is hierarchical, smog is democratic’. Nevertheless, both the former ‘wealth distributing society’ and the emergent ‘risk distributing society’ contain inequalities and these overlap in areas such as the industrial centres of the Third World.” (BECK *apud* HANNIGAN, 2006)

<sup>17</sup> Criadora do Blog Combate ao Racismo Ambiental: <http://racismoambiental.net.br/>

Por fim, as teorias de Beck são extremamente relevantes neste trabalho para enxergarmos mais claramente a desigualdade e para entendermos como certos problemas, como o ambiental, não possuem fronteiras, são globais, portanto, requerem mobilização internacional. Nossa sociedade vive em constante produção de risco, e explorando minorias, cabe a nós – principalmente os formadores de opinião e detentores de poder – compreender que muitos dos riscos “previstos” estão se tornando realidade e que medidas de grandes proporções precisarão ser tomadas.

### **3. O pós-estruturalismo e suas contribuições para uma nova racionalidade ambiental**

Ao abordarmos os problemas ambientais dentro do pós-estruturalismo é necessário uma reflexão sobre as teorias de Robert J B Walker (*apud* RESENDE, 2010). De acordo com ele a divisão entre o *inside* e *outside*, ou seja, o nacional e o internacional, faz com que entendamos e pensemos a ética como pertencente somente ao Estado, já o internacional seria um lugar anárquico. Ao propagar essa ideia de falsa separação, a ética no espaço internacional estaria sendo impedida de acontecer, o *outside* será sempre conhecido como “terra de ninguém” (2010, p. 58).

A teoria de Walker corrobora com o que já foi demonstrado anteriormente sobre os problemas ambientais serem globais, ou seja, serem problemas de ambos *inside* e *outside*, não permitindo que haja essa separação. A ideia de anarquia internacional só dificultaria mais as discussões e as possíveis soluções conjuntas para mudanças como aquecimento global, derretimento das geleiras e perda de biodiversidade global. Walker também ilumina a discussão ao criticar a produção de saber nas RI, pois ela reitera as diferenças entre “utopia/realismo, identidade/diferença, dentro/fora, comunidade/anarquia etc. Demonstrar o caráter historicamente constituído e contingente dessas categorias seria uma forma de criticar os processos de reificação em curso em RI” (*apud* 2010, p. 57).

Conforme a argumentação de Walker percebe-se que o pós-estruturalismo tem sua base na

desconstrução das estruturas vigentes, partindo de vários conceitos e perspectivas<sup>18</sup>. Michel Foucault (2008), por exemplo, em seu livro “A Arqueologia do Saber”, busca compreender as relações de poder e também descreve um método arqueológico de análise do discurso. A grande preocupação de Foucault são os discursos que possuíam a pretensão de verdade e que “controlavam os horizontes do conhecimento humano” (*apud* 2010, p. 34), e também como os regimes de verdade marcam as sociedades. Pelo seu método arqueológico<sup>19</sup>, o autor busca compreender as condições de existência da formação discursiva e questionar as pretensões de verdade única. A teoria de Foucault tenta apreender todas as condições – época em que foi escrito; por quem foi escrito; baseado em quais leituras e fontes; entre outros – para que se possa fazer uma análise fundamentada e entender as origens daquela teoria e daquele pensamento. Afirma que

Estudar o funcionamento ideológico de uma ciência (...) é colocá-la novamente em questão como formação discursiva; é estudar não as contradições formais de suas proposições, mas o sistema de formação de seus objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas teóricas. É retomá-la como prática entre outras práticas. (FOUCAULT, 2008, p. 208)

O discurso, para Michel Foucault (2008), obedeceria um conjunto de regras que são construídas historicamente e que reafirmam a verdade de um tempo, pois participam das relações históricas de saber e de poder. Esse estudo pode desencadear em como as relações de poder e os discursos, influenciam os problemas ambientais dos tempos hodiernos. Propõe-se uma reflexão, por exemplo, a respeito dos chefes de Estados e suas posições<sup>20</sup>: se esses fizerem discursos promovendo a preservação do meio ambiente, normalmente teriam mais credibilidade e voz no sistema internacional do que indivíduos ou ONGs. A questão de quem realmente possui o reconhecimento gera diversas discussões que são amplamente abordadas por Foucault. Destaca-se aqui o foco em analisar e questionar quem

---

<sup>18</sup> Faz-se uma simplificação do conceito bastante complexo e com diversas ramificações, para adequarmos ao intuito do artigo.

<sup>19</sup> “A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como documento, como signo de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém à parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um "outro discurso" mais oculto. Recusa-se a ser "alegórica” (FOUCAULT, 2008, p. 157)

<sup>20</sup> Sempre dependendo e pensando em qual estado está argumentando e se esse tem mais voz e reconhecimento que outros.

possui o papel de liderar todas essas mudanças necessárias para que seja possível viver em um planeta saudável no futuro.

Nesse âmbito é importante lembrar sempre da estabelecida “responsabilidade ambiental comum porém diferenciada”<sup>21</sup> designando que todos estados são responsáveis pela destruição do meio ambiente global, entretanto, não são igualmente responsáveis. Tendo ciência que por um lado é necessário que todos estados assumam responsabilidade pelos problemas ambientais, mas por lado, esses possuem grandes diferenças econômicas, de desenvolvimento e impacto ambiental global.

Como citado na introdução, havia grandes expectativas para a COP21, por ser a maior convenção para o clima já realizada e por tratar de assuntos que vêm preocupando grande parte da população e dos Estados. Os chefes de Estado, Organizações Internacionais, ONGs, sociedade civil e outros presentes – mesmo com legitimidades de discurso diferentes – regularmente devem compreender os assuntos discutidos, defender os seus interesses, os do planeta e das populações que nele vivem. Os representantes do Estado brasileiro, por exemplo, possuem uma responsabilidade gigantesca, pois como detentores da maior biodiversidade terrestre e da maior floresta do mundo, devem ter a incumbência e o compromisso, tanto com o que foi decidido na COP21, como com as políticas e cuidados tomados internamente no país. É importante refletir sobre o papel do Brasil nas questões ambientais questionando: teria o Estado brasileiro um papel protagonista? O país deveria ser um exemplo em âmbito de política externas e internas ambientais? Como o Brasil atualmente age em relação à essas políticas?

Ainda sobre a COP 21, ao fim concluiu-se uma grande agenda de metas para mitigar os efeitos das mudanças climática. Entretanto, ficou muito claro o fato que os protagonistas dos discursos falavam em medidas sem mencionar os padrões de consumo, o sistema econômico e a superprodução. Muitos afirmam que a Conferência não teve e nem terá muitos efeitos positivos para o meio ambiente ou para redução de emissão dos GEE. De acordo com o ex-cientista da NASA e professor adjunto da Universidade de Columbia,

---

<sup>21</sup> A “Common but differentiated responsibilities” (CBDR) foi formalizada como lei internacional em 1992 na ECO-92 realizada no Rio de Janeiro.



James Hansen, a Conferência se tratou de muitos planos e promessas e não de ações, em suas palavras: “no action, just promises. As long as fossil fuels appear to be the cheapest fuels out there, they will be continued to be burned.” (MILMAN, 2015)

A intenção ao fazer uso dessa crítica nesse artigo, não é apenas criticar acordos globais e conferências do clima; é uma forma realista<sup>22</sup> de observação do cenário atual<sup>23</sup>. A redução de emissão de gases de efeito estufa envolve muitos setores produtivos, envolve transporte e toda uma cadeia de produção que sustenta grande parte das economias globais. Para que haja uma diminuição significativa da emissão desses gases, mudanças nos padrões de consumo, no hábitos diários, nas formas de locomoção e no sistema capitalista como um todo, se tornam indispensáveis. Se esses pontos não forem discutidos e trabalhados pelas grandes potências, apenas serão encontradas medidas paliativas, que a longo prazo, não serão suficientes.

A ideia de desenvolvimento também é amplamente abordada em fóruns internacionais como a COP21. No sistema internacional os Estados mais pobres e em desenvolvimento buscam atingir os patamares de potências desenvolvidas. Ao abordar essa ideia questionamos: o que é desenvolvimento? O que poderia ser considerado um país desenvolvido? O conceito de desenvolvimento veio conjuntamente ao sistema econômico vigente. Mesmo sendo algo tão internalizado na sociedade é uma concepção controversa e que pode gerar muitas indagações, assim como a ideia de “desenvolvimento sustentável” também é bastante discutida.

Sobre o conceito de desenvolvimento, com base nos estudos do antropólogo Arturo Escobar (1991), que em seu livro *“Encountering development: the making and unmaking of the third world”*, busca analisar como o discurso do desenvolvimento se desdobrou nas práticas concretas que vivemos e como isso teria afetado os países de “segundo e terceiro

---

<sup>22</sup> A palavra realista aqui foi usada no sentido original da palavra, não fazendo referência as teorias realistas de RI.

<sup>23</sup> Há Conferências e Protocolos internacionais bem sucedidos e bem implementados. Um caso que se destaca é o do Protocolo de Montreal para proteção da camada de ozônio. Este, tem um objetivo específico em um setor específico (como o de refrigeração, espumas de poliuretano rígidas e flexíveis, entre outros) que utiliza os gases destruidores do ozônio; assim sendo, sua implementação, apesar de também passar por dificuldades, é menos árdua, pois não envolve um mercado tão amplo e variado como de emissão GEE.

mundo”<sup>24</sup>. Escobar inicia o primeiro capítulo demonstrando o surgimento do termo “subdesenvolvido” no discurso do presidente estadunidense Harry Truman colocando a ampliação da produção como a solução para a pobreza e a fome. Atualmente, o sinônimo de desenvolvimento é altos níveis de produção, sendo que muitas vezes são produtos frequentemente dispensáveis, mas que se fazem crer essenciais. Escobar (1995) problematiza o relatório da ONU que recomenda uma total reconstrução do mundo subdesenvolvido e prega também que, para haver progresso econômico, seria impossível não haver alguns *ajustes dolorosos*<sup>25</sup>, conforme a citação abaixo

There is a sense in which rapid economic progress is impossible *without painful adjustments*<sup>26</sup>. Ancient philosophies have to be scrapped; old social institutions have to disintegrate; bonds of caste, creed and race have to burst; and large numbers of persons who cannot keep up with progress have to have their expectations of a comfortable life frustrated. Very few communities are willing to pay the full price of economic progress. (United Nations, Department of Social and Economic Affairs, *Measures for the Economic Development of Underdeveloped Countries*, 1951 *apud* ESCOBAR, 1995, p.3)

Essa ideia é mostrada como o caminho correto que todos os países devem percorrer, não abrindo espaço para questionamentos ou para outras possibilidades. A concepção de um país desenvolvido vendida atualmente é aquela que racionalmente todos devem perseguir e conseguir alcançar. Entretanto, essa abordagem deixa de lado tudo que vem por trás desse *desenvolvimento*, toda a exploração e degradação humana e ambiental. Além de tudo, essa ideia é muitas vezes mendaz, pois o sistema não permite que todos Estados fiquem no mesmo patamar de desenvolvimento e mesmo se permitisse, o planeta não teria recursos nem capacidade para suportar esse desenvolvimento pregado pelas grandes potências.

O discurso do desenvolvimento se inseriu profundamente nas vidas, culturas e modo de produção, e não se consegue enxergar o mundo além dele ou sem ele. Ao refletir sobre o desenvolvimento como um discurso de dominação é possível compreender grande parte dos problemas que enfrentamos hoje, pois a maioria dos problemas políticos, sociais e ambientais se dá pela ideia de crescimento e desenvolvimento terem sido introduzidas sem uma problematização, apenas como uma verdade inquestionável de um estágio a ser

---

<sup>24</sup> As aspas são usadas, pois esses, são conceitos discutíveis e problemáticos.

<sup>25</sup> “Painful adjustments” no original (Nações Unidas (1951): *Measures for the Economic Development of Underdevelopment Countries*, New York. Pag.15.)

<sup>26</sup> Grifo meu.

atingido. Conseqüentemente, é urgente questionar se esse desenvolvimento pregado é o que os países mais pobres precisam; e como seria possível o planeta e as espécies que vivem nele sobreviverem com esse ideal, sendo ele uma das bases do pensamento humano e estatal.

Por fim, discute-se aqui a ideia de “desenvolvimento sustentável”<sup>27</sup>, conceito hoje usado tanto em discursos oficiais como na linguagem comum por empresas, indivíduos e organizações. Este ganhou legitimidade e se difundiu amplamente na raiz da ECO 92<sup>28</sup> (LEFF, 1998 p. 16); foi a forma com que nossa sociedade conseguiu vincular o sistema econômico exploratório com a preservação do meio ambiente. É necessário reconhecer que este é um conceito atualmente importante, traz benefícios e tem sua base em uma proposta inteligente. Da ideia de desenvolvimento sustentável podemos observar casos de sucesso e preservação, os quais a população local se desenvolve e utiliza os recursos naturais da biodiversidade de uma forma sustentável como o caso retratado em Regime global de Biodiversidade: o caso Marimauá (INOUE, 2007).

Não obstante, esse discurso muitas vezes propaga uma ideia errônea de preservação e uma despolitização dos movimentos de proteção ambiental. Enrique Leff (1998) argumenta que

La ideología del desarrollo sostenible desencadena así un delirio y una inercia incontrolable de crecimiento. El discurso de la sostenibilidad aparece como un simulacro que niega los límites del crecimiento para afirmar la carrera desenfrenada hacia la muerte entrópica. El neoliberalismo ambiental pareciera apartarnos de toda ley de conservación y reproducción social para dar curso a una metástasis del sistema, a un proceso que desborda toda norma, referente y sentido para controlarlo. Si las estrategias del ecodesarrollo surgieron como respuesta a la crisis ambiental, la retórica de la sostenibilidad opera como una estrategia fatal, una inercia ciega, una precipitación hacia la catástrofe. (LEFF, 1998, p. 1 e 2)

Baseando-se na reflexão feita por LEFF, percebe-se a necessidade de reflexão e o uso cauteloso do termo “desenvolvimento sustentável”. Finalmente, conforme abordado anteriormente na crítica à COP 21: as mudanças climáticas e os problemas ambientais

---

<sup>27</sup>A ideia de Desenvolvimento Sustentável foi usada pela primeira vez no Relatório de Brundtland, intitulado “Nosso Futuro Comum” e publicado em 1987. Sua definição é: “(...) to make development sustainable [is] to ensure that it meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs”. (Relatório de Brundtland, 1987, p. 24)

<sup>28</sup>Conhecida como ECO 92, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi realizada em 1992 no Rio de Janeiro.

precisam ser adereçadas ao modo de produção, ao sistema capitalista e, acima de tudo, à racionalidade instrumental que rege todo o sistema. Enquanto continuarmos vendo somente o valor econômico da natureza, dos animais, das plantas, ou seja, vê-los como ‘recursos naturais’ e não pelo seu valor intrínseco, eles continuarão a ser explorados até seu esgotamento.

A partir dessa crítica James Fairhead *et al.* (2012) contribui com uma reflexão a respeito da *commoditização* da natureza e também trabalha a ideia de *green grabbing*. A primeira, parte da crítica que “os ecossistemas do mundo estão à venda”, se referindo ao processo de apropriação da natureza em nome da sustentabilidade e da conservação. Sendo, atualmente, defendido por muitos que os mercados para o ecossistemas serão fundamentais para o sistema econômico (FAIRHEAD *et al.*, 2012, p. 238). Já a segunda ideia – *green grabbin* – é usada primeiramente por John Vidal (2008 apud FAIRHEAD *et al.*, 2012), seria

the appropriation of land and resources for environmental ends – is an emerging process of deep and growing significance. ‘Appropriation’ implies the transfer of ownership, use rights and control over resources that were once publicly or privately owned – or not even the subject of ownership – from the poor (or everyone including the poor) into the hands of the powerful. (2012, p. 238)

Fairhead *et al.*(2012) ressalta que há muitos ecos de intervenções passadas em nome do meio ambiente (2012, p. 254). Argumenta que a *commoditização* da natureza nas condições da economia neoliberal vem causando grandes mudanças nas dinâmicas agrárias e, por fim, defende que para que haja uma mudança será necessária “new mobilizations, alliances and coalitions must emerge. These will have to recapture nature from the clutches of market mechanisms, reinforcing local cultural understandings and the embedded ‘ontologies of nature’ we have discussed” (2012, p. 255). Colaborando para que reforcemos a necessidade de enxergar o valor da natureza por si só e a necessidade de mudança na mentalidade utilitarista para a preservação.

## **5. Considerações Finais**

Esse artigo teve como primeiro intuito trazer para o campo das Relações Internacionais as

***RICRI Vol.4, No. 8, pp.52-78***

discussões de Política Ambiental Internacional bebendo da água de autores que não fazem necessariamente parte dos estudos clássicos de RI, sobre balança de poder, *realismos*, *liberalismos* e *teorias de sistema mundo*, mas que podem e devem ser usados nas análises de RI. As discussões filosóficas, pós-Estruturalistas e críticas, trazem uma nova visão que, quando inseridas nos estudos de RI, fornecem discussões e produções acadêmicas muito mais ricas, críticas e capazes de compreender melhor todos os fatores que influenciam as relações entre estados, o sistema internacional, a racionalidade vigente e os diversos fatores influentes nas RI.

No âmbito da reflexão sobre mudanças climáticas e ambientais, está claro que nossa sociedade não precisa somente de um desenvolvimento sustentável nos moldes atuais ou de medidas paliativas para as mudanças climáticas. É urgente a necessidade de uma nova racionalidade, de uma nova forma de encarar os seres humanos, as RI, a natureza, os animais e o planeta em si. Enrique Leff (2004) defende que

La cuestión ambiental aparece como síntoma de la crisis de la razón de la civilización moderna, como una crítica del orden social y del modelo económico dominante, y como una propuesta para fundamentar una racionalidad alternativa. (LEFF, 2004, p. 234)

Foi justamente nessa proposta de fundamentar novas racionalidades para as RI e englobando os problemas ambientais na proposta, que me arrisquei desenvolver ao longo deste artigo. Primeiramente, mostrando as contribuições de alguns autores das teorias críticas, como Horkheimer e Adorno (1985), que permitiram uma introdução ao tema e principalmente à crítica da razão instrumental, ou seja, aquilo que rege a forma de pensar e atuar dos indivíduos, da maioria das ciências e dos Estados – responsáveis, portanto, pela exploração da natureza.

Posteriormente, os filósofos Hannah Arendt, Robert Cox (2010) e Martin Weber (2006), colaboraram para o desenvolvimento do raciocínio criado ao longo do texto. Arendt sobre banalização do mal contribui para uma análise atual da sociedade que banaliza as pessoas, que é supérflua e individualista. Cox criticando as teorias de resolução de problemas e embasando as teorias críticas em RI. E Weber (2006) contribui principalmente com a ideia

de emancipação a partir das teorias ecológicas, pois através delas se alcança uma perspectiva crítica e uma melhor noção das raízes dos problemas ambientais.

Em seguida, no âmbito do pós-estruturalismo foram apresentadas contribuições importantes para a formação dessa nova racionalidade. As reflexões de Robert Walker (2010) a respeito do *inside/outside* e como a visão binarista pode prejudicar o estudo de problemas globais como o das mudanças climáticas. A visão crítica de Foucault (2008) sobre os discursos e relações de poder, fornece um aparato importante para compreender as estruturas de dominação atuais e também auxilia na compreensão da dominação da natureza pelo homem. Já Escobar (1995) apresenta sua crítica ao desenvolvimento de forma muito lúcida e essencial à formação das teorias ambientais e às críticas realizadas no artigo. Ao olharmos para o discurso do desenvolvimento como um discurso de dominação, é possível nos depararmos com uma das raízes dos problemas aqui apresentados, pois assim como esse conceito está internalizado na sociedade, a razão instrumental também está.

Além desses pontos, o chamado desenvolvimento sustentável e seu uso descuidado faz com que ele se aproprie e despolitize os movimentos ecopolíticos. Esse é um termo que deve ser utilizado com muita cautela, principalmente, tendo a consciência de que sozinho e sem reflexão crítica, ele não é a solução para os problemas ambientais.

O presente artigo apresentou críticas a diversas temáticas como: as relações humanas interpessoais e com a natureza; as relações entre estados; os padrões consumo da sociedade; o sistema capitalista; a ideia de desenvolvimento; os discursos de poder; e a racionalidade instrumental. Mesmo parecendo temas muito diversos e talvez desconexos, estes, estão ligados e se alto constroem e influenciam a todo o tempo.

Já no que tange as RI, mesmo os teóricos tendo como relativamente nova a problemática ambiental, estão passando a desenvolver mais estudos e pesquisas na área, a perceber que é de extrema importância o estudo das teorias críticas que se propõem a promover mudanças – dessa forma, as teorias deixam de ser somente analíticas e passam a ser críticas e propositivas. As políticas ambientais internacionais são de forte importância para as RI,

pois mostram um outro “lado do mundo” que, até então, vinha sendo negligenciado, além de mostrar sua importância ao questionar a efetividade e inclusive o papel de grandes instituições de poder: como o sistema estatal, o capitalismo, o conhecimento e o patriarcalismo (PATERSON, 2000, p. 40)<sup>29</sup>.

Há muitos pontos a serem desconstruídos e ao iniciar a desconstrução de um, torna-se uma cadeia de desmonte de todo o resto. Entretanto, não se trata de desconstruir por desconstruir: a partir dessas reflexões que nascem novas visões e formas de lidar com os problemas modernos. Conseqüentemente, com essas propostas e consciência das diferenças culturais, dos diversos problemas sociais e dos inúmeros transtornos ambientais é viável começar a pensar em um mundo, uma racionalidade, relações interpessoais, estruturas de governo e teorias de Relações Internacionais diferenciadas.

A proposta do artigo também ressalta o reconhecimento do valor intrínseco<sup>30</sup> dos animais, dos rios, mares, plantas e toda a natureza por si só; sem torna-los utilitários para serem preservados. Vimos que um dos grandes problemas da atualidade é que para que o ser humano preserve algo, é necessário algum motivo ou utilidade para essa preservação. Mesmo tendo consciência dessa questão, ao longo desse artigo, um dos argumentos mais usados para preservação da natureza foi justamente o fato de que, sem ela, a espécie humana provavelmente não sobreviveria, ou seja, mostrar a utilidade do meio ambiente, para que assim, haja alguma mobilização. Claramente, o utilitarismo está internalizado em todos nós, portanto criticar e buscar mudanças na racionalidade predominante se mostra urgente.

---

<sup>29</sup>Argumento central de Matthew Paterson (2000, p. 40) de que os problemas ambientais globais devem ser entendidos como fenômenos internos à lógica de quatro estruturas de poder: sistema estatal; capitalismo; conhecimento; e patriarcalismo.

<sup>30</sup>Sem entrarmos no âmbito da discussão de valor intrínseco apenas de seres sencientes para os fins da argumentação desse artigo, consideramos que “O caráter sagrado da natureza e das espécies animais não se dá por intermédio de associações, mas por meio de um processo histórico, convertendo-as em algo sagrado. A preocupação com a extinção de espécies animais deve-se ao seu valor intrínseco sagrado, historicamente adquirido. Não é importante a quantidade de espécies, mas o fato de uma espécie poder deixar de existir. Sendo assim, a preocupação com os animais e o meio ambiente está ligada ao valor intrínseco da continuidade das espécies. É um mal intrínseco destruir algo que levou tanto tempo para adquirir um valor próprio. O processo de evolução da natureza merece respeito, observa Dworkin.” (DWOEKIN apud KUHNEN, 2004, p. 259)

Em conclusão, ressalta-se que a ideia do artigo é baseada muito mais em questionar do que propor soluções, acredita-se que é questionando que conquistamos mudanças e que a cada resposta que encontramos, três dúvidas a mais surgirão. Esse artigo é amplamente apoiado nas ideias e propostas de Enrique Leff (1998) de uma nova racionalidade e saber ambiental, e assim como o sociólogo afirma no Prefácio de seu livro “Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder”, este artigo:

es tan sólo el germen de un saber en construcción. [...] son ‘fragmentos de un discurso amoroso’ (Barthes), movidos por un deseo de saber, que, como todo deseo amoroso, tropieza con su torpeza, busca la luz y se precipita en sus propios abismos. (LEFF, 1998, p. 12).

### **Referências Bibliográficas**

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max (1985), “Conceito de Esclarecimento”. In: *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*, Ibook, Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1985.

ALMEIDA, Jalcione P.; CORONA, Heida M. P. (2014), “Teorias críticas, desenvolvimento e reprodução socioambiental: limites e possibilidades”. *DMA: Desenvolvimento e meio ambiente*, vol. 29, pp. 25-38.

ALVAREZ, Maria X. (2007), “Responsabilidade e Julgamento”. Editora UFPR, *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 46, p. 205-209.

ARENDT, Hannah (2007), *A condição Humana*. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária.

ARENDT, Hannah (2007), “Julgamento, Apelação e Execução”. In: *Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo, Companhia das Letras (iBook).

ARENDT, Hannah (1979), *Origens do Totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras.

BECK, Ulrich (2004), *Poder y contra-poder en la era global: la nueva economia política mundial*. Barcelona, Paidós.

BECK, Ulrich (2002), *Sociedad del Riesgo Global*. Madrid, Editora Siglo Veintiuno de Espana Editores s.a.



BECK, Ulrich (2011), *Sociedade de Risco: Ruma a uma outra modernidade*. São Paulo, Editora 34.

BUXTON, Nick (2016). 'COP21 charades: Spin, lies and real hope in Paris', <https://www.tni.org/es/node/22981#5>. Acessado em 20/05/2017.

CARVALHO, José S. F. (2014), "Política e Educação em Hannah Arendt: Distinções, Relações e Tensões". *Educ. Soc.*, vol. 35, No 128, pp. 629-996.

CHASEK, Pamela S.; DOWNIE, David L.; BROWN, Janet (2014). *Global Environmental Politics*. Westview Press.

COP – 21 (2016). 'Acompanhe a Conferência do Clima com a ISA'. Instituto Sócio Ambiental, <http://www.socioambiental.org/pt-br/cop-21>. Acessado em 10/10/2016.

COX, Robert (1981), "Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory". *Journal of International Studies*, vol. 10, No 126. pp.??.

COX, Robert (2010), 'Theory Talk #37: Robert Cox. Robert Cox on World Orders, Historical Change, and the Purpose of Theory in International Relations'. <http://www.theory-talks.org/2010/03/theory-talk-37.html>. Acessado em 27/07/2017.

ELLIOTT, Lorraine (2004), *The Global Politics of the environment*. New York, The New York University Press.

ESCOBAR, Arturo (1995), *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. New Jersey, Princeton University Press.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian (2012), "Green Grabbing: a new appropriation of nature?". *The Journal of Peasant Studies*, vol. 39, No 2, pp. 237-261.

FOUCAULT, Michel (2008), *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

HANNIGAN, John (2006), "Contemporary theoretical approaches to environmental sociology". In *Environmental Sociology*. Segunda Edição, New York, Editora Routledge Taylor and Francis Group.

INOUE, Cristina Y. A (2007), *Regime Global de biodiversidade: o caso Marimauá*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

KUHNEN, T. A. (2004), "Do valor Intrínseco e de sua aplicabilidade ao meio ambiente." *Ethic@*, vol. 3, No 3, pp. 255-273.

LANG, A. F. e WILLIAMS, J. (2005), *Hannah Arendt and International Relations*. Cap. 6, p. 113-178. New York.

LE PRESTRE, Philippe (2000), *Ecopolítica Internacional*. São Paulo, Editora Senac.

LEFF, Enrique (1998). La capitalización de la naturaleza y las estrategias fatales del crecimiento insostenible. In *Saber Ambiental: Sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder*. [Resumo do capítulo 1], México, Siglo XXI y PNUMA.

LEFF, Enrique (2004), *Racionalidad Ambiental: La repropiciación social de la naturaleza*. México, Siglo XXI editores s.a.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: Sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder*. México, Editora Siglo XXI.

LINKLATER, Andrew (2007). “Critical Theory and World Politics.” New York, Routledge, pp. 145-159.

MATHIAS, Maria (2017). “Dicionário: Racismo Ambiental”. *Revista Poli: saúde, educação, trabalho*. Ano IX, No. 50. pp. 31. <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/poliweb50.pdf>. Acessado em 27/07/2017.

MILMAN, Oliver (2015), ‘James Hansen, father of climate change awareness, calls Paris talks ‘a fraud’. COP 21: UN Climate change conference.’ *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/environment/2015/dec/12/james-hansen-climate-change-paris-talks-fraud>. Acessado em 24/05/2017.

NASCIMENTO, João J. (2014), ‘Processos Educativos: As Lutas das Mulheres Pescadoras do Mangue do Cumbe Contra o Racismo Ambiental’. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará: Fortaleza.

NAVES, J.G.P.; BERNARDES, M.B.J. A. (2014), “A relação histórica homem/natureza e sua importância no enfrentamento da questão ambiental.” *Geosul*, vol. 29, No. 57, pp. 7-26.

OLIVEIRA, Ana Maria S. de O. (2002), “Relação Homem/Natureza no Modo de Produção Capitalista”. *Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales*. Univesidad de Barcelona. Vol. 6, No 18, pp.??.

O’NEILL, Kate (2009), *The Environment and International Relations*. Cambridge, Cambridge University Press.

ONU (1951). *Measures for the Economic Development of Underdevelopment Countries*. [pp. 15]. New York.

ONU (1987), 'Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future', <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/N8718467.pdf>. Acessado em 08/10/2016.

PATERSON, Matthew (2000), *Understanding global environmental politics: domination, accumulation, resistance*. New York, St. Martin's press Inc.

ESENDE, Erica S. A. (2010), *A Crítica Pós-moderna/Pós-Estruturalistas nas Relações Internacionais*. Boa Vista, Editora UFRR.

RIBEIRO, Wagner C (2001). *A Ordem Ambiental Internacional*. São Paulo, Editora Contexto.

SANT'ANNA, Fernanda Mello; MOREIRA, Helena Margarido (2016), "Ecologia política e relações internacionais: os desafios da Ecopolítica Crítica Internacional". *Revista Brasileira de Ciência Política*, No, 20 [online], pp.205-248, <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220162006>. Acessado em 27/07/2017.

WEBER, Martin (2006), "IR Theory, Green Political Theory, and Critical Approaches: what prospects?" In *International Ecopolitical Theory: critical approaches*. Vancouver/Toronto, UBC Press. pp. 104-121.